ORIENTAÇÕES PARA O REQUERIMENTO DE DOAÇÃO DE BENS

►QUEM PODE PARTICIPAR

Poderão participar do procedimento de doação de bens públicos qualquer órgão municipal, estadual, federal, entidade pública ou privada, sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública pelo Estado de Mato Grosso e organização da sociedade civil de interesse público.

►DA HABILITAÇÃO

A habilitação dar-se-á mediante análise das documentações exigidas no edital (anexo), considerada a condição da solicitante.

CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

► PEDIDO FORMAL - Requerimento

As entidades interessadas deverão realizar cadastro baixando o formulário modelo no link disponibilizado no Ícone "DOAÇÃO DE BENS INSERVIVEIS" do sítio do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso no endereço eletrônico: www.tjmt.jus.br., **com expressa indicação do material pretendido conforme anexo I e II do Edital 019/2019-DF, e juntamente com a documentação exigida no edital (segue abaixo) entregar no protocolo geral do Fórum de Justiça da Comarca de Rondonópolis-MT, dentro do prazo estabelecido.**

► Deverão conter junto ao Requerimento de solicitação, de acordo com os segmentos das instituições interessadas, as seguintes documentações:

- Se Órgão da administração pública:

a) Lei ou ato constitutivo do órgão;

b) Prova de inscrição de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ;

c) Cópia do Ato de nomeação da autoridade competente para representar o órgão interessado, devidamente habilitado para assinar documentos públicos;

d) Cópia dos documentos pessoais do representante legal (RG/CPF).

-Se Entidades públicas ou privadas, sem fins lucrativos, reconhecidas de utilidades públicas pelo Estado de Mato Grosso, e organizações da sociedade civil de interesse público:

a) Lei que declarou o órgão de utilidade pública ou estatuto registrado em cartório, com a indicação da finalidade não lucrativa, acompanhado de documentos de eleição de seus representantes legais. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

b) Cópia dos documentos pessoais (RG/CPF) do representante legal.